

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.
Rio de Janeiro RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Sociedade encontra-se em fase pré operacional e apresenta capital circulante negativo no valor R\$ 237.175.639 em 31 de dezembro de 2015, sendo dependente de recursos de seus acionistas e/ou de terceiros até que suas operações se tornem lucrativas. A falta dos referidos recursos levantaria serias dúvidas quanto a capacidade da Sociedade honrar seus compromissos. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional.

Os planos da Administração encontram-se descritos nas notas explicativas 1 e 25-b. Nossa opinião não possui modificação em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC RJ-057497/O-2

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa		13.417	98.961	Fornecedores	11	52.278.808	4.431.236
Títulos e valores mobiliários	6	277.786.908	6.894.647	Salários e encargos sociais	12	5.669.592	730.940
Impostos a recuperar	7	3.686.736	135.228	Impostos a recolher	13	1.212.371	38.342
Adiantamentos		78.042	88.059	Outras contas a pagar		715.000	250.000
Despesas antecipadas	8	1.140.461	1.782.723	Debêntures	14	460.005.432	-
Total do ativo circulante		282.705.564	8.999.618	Total do passivo circulante		519.881.203	5.450.518
Ativo financeiro	9	1.045.818.587	20.764.764	Impostos diferidos	16	11.650.800	133.752
Imobilizado	10	2.011.094	59.487	Total do passivo não circulante		11.650.800	133.752
Intangível		369.245	96.680	Patrimônio líquido	17	817.001.000	25.001.000
Total do ativo não circulante		1.048.198.926	20.920.931	Capital social		(17.628.513)	(664.721)
Total do ativo		1.330.904.490	29.920.549	Prejuízos acumulados		799.372.487	24.336.279
				Total do patrimônio líquido		1.330.904.490	29.920.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e período de março a dezembro de 2014

(Em Reais)

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Período de março a dezembro de 2014
Receita operacional bruta			
Receita de construção	18	998.177.244	20.330.198
Custo de construção	18	<u>(998.177.244)</u>	<u>(20.330.198)</u>
Receita operacional líquida		<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Pessoal	19	(8.761.403)	(1.343.053)
Material		(63.830)	(27.150)
Serviços de terceiros	20	(2.501.942)	(284.953)
Arrendamentos e aluguéis		(1.022.804)	(125.000)
Seguros		(54.552)	-
Tributos e taxas		(111.060)	(943)
Despesas administrativas		(547)	(8.291)
Depreciação		(65.489)	(11.442)
Perdas na alienação e desativação		<u>(2.207)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		(12.583.834)	(1.800.832)
Receitas financeiras	21		
Receitas de aplicações financeiras		33.876.280	854.101
Rendimentos sobre ativos financeiros		33.873.668	434.565
Pis e Cofins		(741.252)	-
Outras receitas financeiras		80.711	-
Despesas financeiras	21		
Juros sobre empréstimos - Debêntures		(57.860.942)	(18.803)
Amortização do custo de captação - Debêntures		(1.770.918)	-
Outras despesas financeiras		<u>(320.456)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro	21	<u>7.137.091</u>	<u>1.269.863</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(5.446.743)</u>	<u>(530.969)</u>
Imposto de renda diferido	16	(8.468.418)	(94.641)
Contribuição social diferido	16	<u>(3.048.631)</u>	<u>(39.111)</u>
Prejuízo do exercício/período		<u>(16.963.792)</u>	<u>(664.721)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e período de março a dezembro de 2014

(Em Reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Período de março a dezembro de 2014
Prejuízo do exercício/período	(16.963.792)	(664.721)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício/período	<u>(16.963.792)</u>	<u>(664.721)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e período de março a dezembro de 2014

(Em Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 20 de março de 2014 (constituição)		<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>
Aumento de capital		25.000.000	-	25.000.000
Prejuízo do período		<u>-</u>	<u>(664.721)</u>	<u>(664.721)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>25.001.000</u>	<u>(664.721)</u>	<u>24.336.279</u>
Aumento de capital	17.a	792.000.000	-	792.000.000
Prejuízo do período		-	(16.963.792)	(16.963.792)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>817.001.000</u>	<u>(17.628.513)</u>	<u>799.372.487</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2015

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e período de março a dezembro de 2014

(Em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Período de março a dezembro de 2014
Prejuízo do exercício/período	<u>(16.963.792)</u>	<u>(664.721)</u>
Ajustes para:		
Depreciação	65.489	11.442
Perdas do ativo imobilizado	(290)	-
Rendimentos sobre ativos financeiros	(33.873.668)	(434.566)
Juros e amortização sobre debêntures	59.631.860	-
Variações em:		
Impostos a recuperar	(3.551.508)	(135.228)
Adiantamentos	10.017	(88.059)
Despesas pagas antecipadamente	642.262	(1.782.723)
Fornecedores	47.847.572	4.431.236
Salários e encargos	4.938.652	730.940
Obrigações fiscais	1.174.029	38.342
Outras contas a pagar	465.000	250.000
Instrumentos financeiros	-	-
Impostos diferidos	11.517.048	133.752
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	<u>71.902.671</u>	<u>2.490.415</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(270.892.261)	(6.894.647)
Ativo financeiro indenizável	(988.090.614)	(20.330.198)
Ativo imobilizado	(5.378.912)	(167.609)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(1.264.361.787)</u>	<u>(27.392.454)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	792.000.000	25.001.000
Debêntures	400.373.572	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>1.192.373.572</u>	<u>25.001.000</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(85.544)</u>	<u>98.961</u>
No início do exercício	98.961	-
No fim do exercício/período	<u>13.417</u>	<u>98.961</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(85.544)</u>	<u>98.961</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (“Sociedade”) sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 801 - 9º Andar - Centro - RJ, constituída em 20 de março de 2014, é uma sociedade em fase pré-operacional.

A Sociedade foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”) com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 011/2013 (“Leilão”).

1.1 Da concessão

A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN) (“Projeto”).

O Projeto prevê a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (UAT) de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais.

O prazo de construção é de até 46 meses a partir da assinatura do contrato de concessão (assinado em 16 de junho de 2014), devendo entrar em operação comercial em fevereiro de 2018. A realização de tais empreendimentos demandará investimentos superiores a R\$ 5 bilhões (valores nominais) e assegurará à Sociedade uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 434 milhões por ano (data-base de outubro de 2013).

A Sociedade encontra-se em fase pré-operacional de construção da sua linha de transmissão. Em 31 de dezembro de 2015, o sucesso das operações futuras depende do atingimento das projeções de resultado da Administração e, principalmente, da obtenção de financiamento e/ou apoio financeiro dos acionistas para a construção da linha de transmissão e equilíbrio se seu capital circulante líquido que encontra-se negativo em R\$ 237.175.639.

1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

A Sociedade, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar, a partir de 2 de outubro de 2014, no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às autoridades governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 7 de outubro de 2014.

1.3 Questões ambientais

A viabilidade ambiental do projeto foi emitida pelo IBAMA, por meio da Licença Prévia nº 506/2015, de 20 de maio de 2015. Em 05 de outubro de 2015, por meio da Licença de Instalação nº 1080/2015, foi autorizado à Sociedade implantar as estações conversoras e canteiros principais. Quanto à emissão da licença de instalação para a linha de transmissão e canteiros auxiliares, há previsão de ocorrer em janeiro de 2016, onde aguarda-se a análise e deferimento por parte do IBAMA.

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pela Administração em 15 de fevereiro de 2016.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Principais políticas contábeis

A Sociedade aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade estão descritas a seguir:

5.1 Receita de concessão

a. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (ICPC 01 (R1)) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

b. Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente por meio da RAP.

5.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

5.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a. Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e títulos e valores mobiliários. São classificados recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b. Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são fornecedores. Esses passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Sociedade, cujos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, monetários e/ou cambiais, incorridos até a data dos balanços também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

c. Ativos e passivos financeiros derivativos

No final de 2015, a Sociedade não possui ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos.

5.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

5.5 Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata.

5.6 Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, em consonância com o ICPC 01 (R1).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Sociedade reconhece contas a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Esses ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos, considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infraestrutura, que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Sociedade.

O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas são reajustados anualmente pelo IPCA.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis e, portanto, são inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

5.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração da Sociedade revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros da Sociedade para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

5.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conforme facultado pela legislação tributária, para o ano de 2015, a Sociedade optou pelo regime de tributação do lucro real com estimativa mensal, cuja base de cálculo do imposto de renda é calculada por meio da aplicação do percentual de 15%, considerando-se o adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%, respectivamente, cuja base de cálculo para a apuração do IR e da CSLL é o lucro antes dos impostos.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

5.9.1 Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

5.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foi construída provisão para contingências face à inexistência de discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda, bem como de perda possível que requeresse divulgação.

5.11 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros
- **IFRS 15** - Receita de contratos de clientes
- **Modificações à IAS 16 e IAS 41** - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola
- **Modificações à IAS 16 e IAS 38** - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização

- **Modificações às IFRS** - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014
- **Modificações à IAS 1** - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

6 Títulos e valores mobiliários

Bancos	Remuneração	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014
CEF	101,1% CDI	05/11/2019	31.659.484	-
CEF	101,1% CDI	01/10/2017	50.729.530	-
CEF	101,2% CDI	03/10/2017	10.350.062	-
CEF	101,2% CDI	03/07/2019	9.640.986	-
Santander	101,0% CDI	23/06/2015	-	6.894.647
Santander	101,7% CDI	20/01/2017	38.751.683	-
Santander	101,5% CDI	02/08/2016	33.702.700	-
Santander	101,7% CDI	12/02/2016	23.567.270	-
Itaú (a)	20% SELIC	Vinculada	23.521	-
Safra	101,0% CDI	27/05/2016	50.613.311	-
Safra	101,0% CDI	27/05/2016	28.748.361	-
			<u>277.786.908</u>	<u>6.894.647</u>

Referem-se a aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas em média à taxa de 101,4% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) conforme vencimentos descritos acima.

(a) o capital mantido em conta-corrente é automaticamente aplicado pelo banco em títulos CDB.

7 Impostos a recuperar

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	3.657.669	117.021
Outros	29.067	18.207
Total	<u>3.686.736</u>	<u>135.228</u>

8 Despesas antecipadas

Referem-se principalmente ao valor do pagamento das apólices de seguro garantia da construção e responsabilidade civil de administradores (D&O).

9 Ativo financeiro indenizável

	31/12/2015	31/12/2014
Terrenos	630.000	
Gestão ambiental	15.390.168	3.908.809
Engenharia	9.571.214	1.451.906
Sondagens, terraplanagem e topografia	28.845.115	-
Edificações obra civil e benfeitorias	53.425.311	-
Máquinas e equipamentos	599.978.961	6.577
Móveis e utensílios	94.342	63.700
Pessoal	13.134.939	1.176.230
Materiais	335.981	10.578
Serviços de terceiros (a)	18.395.626	9.232.900
Despesas (receitas) financeiras (b)	(7.866.620)	-
Arrendamentos e aluguéis	1.835.125	362.608
Seguros	718.653	249.344
Tributos e taxas	2.234.935	-
Doações, contribuições e subvenções	46.855	-
Indenizações nas servidões	30.000	30.000
Desenvolvimento de projetos	3.822.477	-
Adiantamento a fornecedores (c)	263.636.372	3.837.546
Depósitos judiciais	7.250.179	-
Rendimentos sobre ativo financeiro	34.308.954	434.566
	<u>1.045.818.587</u>	<u>20.764.764</u>

- (a) Refere-se principalmente à estudos e projetos realizados para a construção da linha de transmissão.
- (b) Refere-se principalmente à variações cambiais do contrato em moeda estrangeira (euro) com a Siemens para compra de transformadores e serviços.
- (c) Refere-se aos adiantamentos para os prestadores de serviço conforme contratos EPC.

10 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 20 de março de 2014	-	-	-	-
(+) Adições	63.550	-	-	63.550
(-) Baixas	(4.063)	-	-	(4.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>59.487</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
(+) Adições	580.724	1.006.390	441.856	2.028.970
(-) Baixas	(2.207)	-	-	(2.207)
(-) Depreciação	(33.389)	(19.566)	(22.200)	(75.155)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>604.615</u>	<u>986.824</u>	<u>419.656</u>	<u>2.011.095</u>

As taxas médias anuais, ponderadas, de depreciação utilizadas para os itens de imobilizado administrativo são as seguintes: máquinas e equipamentos - 20%, benfeitorias em imóveis - 10% e móveis e utensílios - 10%.

11 Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	-	568.402
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	-	2.020.254
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	-	1.417.518
Cemig Geração e Transmissão	-	327.598
Copel Geração e Transmissão S.A	-	45.519
Brametal S.A	9.838.319	-
Sae Towers S.A	11.834.762	-
Phelps S.A	28.797.902	-
Tabocas Participações e Empreendimentos S.A.	106.036	-
Outros	1.701.789	51.945
Total	<u>52.278.808</u>	<u>4.431.236</u>

12 Salários e encargos sociais

	31/12/2015	31/12/2014
Salários e ordenados	1.627	124.754
Bônus e gratificações (a)	3.341.456	-
FGTS a recolher	50.479	33.827
INSS a recolher	848.986	230.449
Imposto de renda retido na fonte a recolher	249.964	176.200
Férias e 13º salário	841.973	118.533
Encargos sobre férias e 13º salário	335.107	47.177
Total	<u>5.669.592</u>	<u>730.940</u>

- (a) Nos meses de junho e julho de 2015 a Sociedade pagou a título de bônus referente ao exercício de 2014 o montante total de R\$ 1.012.993 para diretores e funcionários. O pagamento foi aprovado pela Diretoria em reunião realizada em 28 de janeiro de 2015. Adicionalmente, no exercício de 2015 a Sociedade vem provisionando bônus a pagar considerando as mesmas bases do anteriormente pago, o que gerou passivo de R\$ 3.341.456 em 31 de dezembro de 2015 em contrapartida à despesa no montante de R\$ 2.262.235 e ativo financeiro de R\$ 1.079.221.

13 Impostos a recolher

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda retido na fonte	63.711	19.603
Contribuição social	99.454	16.072
Pis/Cofins/CSLL	12.159	2.667
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	173.417	-
PIS/PASEP	48	-
ICMS	4.177	-
ISS	859.405	-
Total	<u>1.212.371</u>	<u>38.342</u>

14 Debêntures

Série	Valor principal	Encargos financeiros	Juros	Amortização do custo	31/12/2015	31/12/2014
Primeira	203.000.000	CDI +1,5% a.a	30.620.785	(452.748)	233.168.037	-
Segunda	<u>200.000.000</u>	CDI +2,0% a.a	<u>27.240.158</u>	<u>(402.763)</u>	<u>226.837.395</u>	-
Total circulante	<u>403.000.000</u>		<u>57.860.943</u>	<u>(855.511)</u>	<u>460.005.432</u>	-

Em 12 de janeiro de 2015, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da 1ª emissão pública da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. O vencimento final das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 18 (dezoito) meses contados da data de emissão.

Foram emitidas 403 (quatrocentas e três) Debêntures, sendo a primeira série composta por 203 (duzentas e três) debêntures e a segunda série composta por 200 (duzentas) debêntures, no montante total de R\$ 403.000.000,00.

As debêntures não possuem cláusulas restritivas.

A Administração pretende quitar as debêntures antecipadamente, utilizando os recursos provenientes do financiamento junto ao BNDES que está em fase final de negociação.

A Sociedade obteve a Licença Prévia (LP) no dia 20 de maio de 2015 e a Licença de Instalação (LI) para as estações conversoras e canteiros principais no dia 05 de outubro de 2015. Quanto à emissão da licença de instalação para a linha de transmissão e canteiros auxiliares, possivelmente ocorrerá em janeiro de 2016, onde aguardamos a análise e deferimento por parte do IBAMA. A obtenção desta licença é condicionante para a obtenção do crédito junto ao BNDES.

Os acionistas são fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

Fiadora	Responsabilidade Máxima
State Grid	51%
Eletrobrás	24,5%
Furnas	24,5%

15 Partes relacionadas

A Sociedade constituiu provisão para aluguel administrativo a ser pago para a State Grid referente à locação do espaço onde está localizado o escritório administrativo do Rio de Janeiro da Sociedade. O aluguel mensal convencionado é de R\$ 61.300 mensais, tendo sido reconhecida despesa de R\$ 710.200 em 2015 (R\$ 184.000 em 2014). A remuneração da administração está apresentada na nota explicativa 19.

16 Impostos diferidos

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda	8.563.059	94.641
Contribuição social	<u>3.087.741</u>	<u>39.111</u>
Total	<u>11.650.800</u>	<u>133.752</u>

Refere-se ao passivo fiscal diferido sobre os rendimentos do ativo financeiro que a Sociedade pretende realizar até o final da concessão.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 08 de julho de 2015, na Trigésima Sétima Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 492.000.000, mediante a emissão de 492.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional à participação de cada um no capital social, passando o capital social de R\$ 25.001.000, para R\$ 517.001.000.

Em 23 de outubro de 2015, na Quadragésima Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 300.000.000, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional à participação de cada um no capital social, passando o capital social de R\$ 517.001.000, para R\$ 817.001.000.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 817.001.000 (R\$ 25.001.000 em 31 de dezembro de 2014), dividido em 817.001.000 ações ordinárias, nominativas (25.001.000 em 2014), subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada.

A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	31/12/2015	31/12/2014
State Grid Brazil Holding S.A.	416.670.510	12.750.510
Furnas Centrais Elétricas S.A.	200.165.245	6.125.245
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte	<u>200.165.245</u>	<u>6.125.245</u>
Total	<u>817.001.000</u>	<u>25.001.000</u>

b. Reserva legal

A reserva legal será constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

18 Receita e custo de construção

Refere-se aos serviços de implantação e construção das linhas de transmissão ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A Sociedade entende que não há margem de lucro durante o período de construção e portanto, a receita e custo de construção se equivalem. Segue composição da receita e do custo de construção do período:

	31/12/2015	31/12/2014
Terreno	630.000	-
Gestão ambiental	11.481.359	3.908.809
Engenharia	8.119.309	1.451.906
Sondagens, terraplanagem e topografia	28.845.115	-
Edificações obra civil e benfeitorias	53.425.311	-
Máquinas e equipamentos	599.972.384	6.577
Móveis e utensílios	30.642	63.700
Pessoal	11.958.709	1.176.230
Materiais	325.403	10.578
Serviços de terceiros (a)	9.162.727	9.232.900
Despesas (receitas) financeiras	(7.866.620)	-
Arrendamentos e aluguéis	1.472.516	362.608
Seguros	469.309	249.344
Tributos e taxas	2.234.935	-
Doações, contribuições e subvenções	46.855	-
Indenizações nas servidões	-	30.000
Desenvolvimento de projetos	732.936	-
Adiantamento a fornecedores	269.886.175	3.837.546
Depósitos judiciais	7.250.178	-
Total	<u>998.177.243</u>	<u>20.330.198</u>

19 Despesas de pessoal

	31/12/2015	31/12/2014
Empregados	(1.803.675)	(398.590)
Férias e 13º salário	(312.279)	(85.188)
Bônus e gratificações	(3.773.932)	-
Remuneração do pessoal-chave da administração	(905.300)	(345.333)
INSS	(1.020.737)	(222.885)
FGTS	(164.624)	(38.459)
Assistência médica	(274.284)	-
Alimentação	(155.399)	(63.823)
Vale transporte	(63.523)	(3.622)
Seguro de vida em grupo	(129.469)	-
Custos rescisórios	(39.264)	-
Recrutamento e seleção	-	(160.660)
Outros	(118.917)	(24.493)
Total	<u>(8.761.403)</u>	<u>(1.343.053)</u>

20 Serviços de terceiros

	31/12/2015	31/12/2014
Comunicações	(153.820)	(12.919)
Passagens aéreas	(192.631)	(6.372)
Consultores técnicos	(216.595)	(68.332)
Assessoria jurídica	(135.414)	(93.060)
Auditoria e contadores	(280.919)	(68.964)
Despachante	(88.835)	-
Publicações	(171.712)	-
Hospedagem	(12.714)	(1.388)
Eventos	(467.916)	-
Cartório	(28.281)	(4.020)
Despesas de viagem	(63.658)	(2.000)
Serviços diversos	(450.119)	-
Outros	(239.327)	(27.896)
	<u>(2.501.942)</u>	<u>(284.953)</u>

21 Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receita financeira		
Receita sobre aplicação financeira	33.876.280	854.101
Rendimento sobre ativo financeiro	33.873.669	434.566
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(741.252)	-
Outras receitas financeiras	80.711	-
	<u>67.089.407</u>	<u>1.288.667</u>
Despesa financeira		
Juros - debêntures	(57.860.942)	
Amortização custos de captação - debêntures	(1.770.918)	
Juros e multas	(169.654)	(16.125)
IOF	(24.842)	(1.380)
Tarifas bancárias	(53.983)	(1.299)
Taxas financeiras	(71.977)	-
	<u>(59.952.317)</u>	<u>(18.804)</u>
Resultado financeiro	<u>7.137.091</u>	<u>1.269.863</u>

22 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

22.1 Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez previamente aprovadas pela diretoria e pelos acionistas.

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumento financeiro derivativos da Sociedade visa proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, especialmente no que diz respeito às flutuações das taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade manteve em 2015 contratos de derivativos para se proteger contra os riscos das moedas euro e do dólar provenientes de certos contratos com fornecedores de construção. No entanto, no final de 2015, a empresa não tinha posição aberta de instrumentos derivados. A gestão desse risco tem como objetivo acompanhar, e avaliar periodicamente a exposição da Sociedade, propondo estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com outros parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica investimentos de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Sociedade a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Sociedade procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

c. Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Sociedade não honrar com seus compromissos no vencimento. Esse risco é controlado por meio de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da Sociedade, mediante projeções de curto e longo prazos, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Sociedade pode adotar, como política financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira, caso houver.

22.2 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

23 Compromissos

A Sociedade assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão no montante total de R\$ 4.258.912 mil. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Contratado	Objeto	Data
Engepro / Fluxo / Leme	Elaboração do projeto básico da LT	05/05/2014
Engepro	Elaboração do projeto básico do Eletrodo bipolo I	10/07/2014
SEPCO 1	Construção Trecho 1 da LT	12/12/2014
SEPCO 1	Construção Trecho 2 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 3 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 4 da LT	12/12/2014
SEPCO 1	Construção Trecho 5 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 6 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 7 da LT	12/12/2014
Incomisa	Construção Trecho 8 da LT	11/02/2015
Brametal	Fornecimento de torres	16/12/2014
Engepro	Elaboração do traçado do eletrodo - conversoras Estreito e Xingú	19/12/2014
Electrovidro	Fornecimento de isoladores	23/12/2014
SAE Towers	Fornecimento de torres	06/01/2015
Granadeiro e Correia	Software Construtivo	22/01/2015
Fluxo Engenharia	Elaboração do cálculo das hipóteses de carregamento	29/01/2015
Siemens	Subestações conversora e inversora - HVDC	11/02/2015
Incomisa	Fornecimento de torres	09/03/2015
Fluxo Engenharia	Análise e certificação das atividades de plotação de estruturas	25/03/2015
Prysmian Draka Brasil	Fornecimento de cabo OPGW	30/03/2015
DHM	Inspeção de materiais	15/04/2015
Sistema Pri	Fiscalização dos serviços de investigação geotécnica	15/04/2015
Phelps Dodge	Fornecimento de cabo condutor	11/06/2015
Alubar Metais e Cabos	Fornecimento de cabo condutor	26/06/2015
Marte Engenharia	Topografia e projeto executivo das linhas dos eletrodos bipolo I	06/07/2015
JMG Energia	Engenharia e Fiscalização da implantação da LT	15/07/2015
Marte Engenharia	Projeto executivo, sondagem e topografia remanejamento da LT 230KV Tucuruí x Altamira	20/08/2015
ACX Engenharia	Construção civil e montagem eletromecânica para remanejamento da LT 230KV Tucuruí x Altamira	29/09/2015

Cronograma de vencimentos:	Em R\$ mil
2016	2.907.446
2017	1.176.043
2018	<u>175.423</u>
Total	<u>4.258.912</u>

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros para a Sociedade com vencimento 13 de julho de 2018 era composta por garantia de indenização, até o valor fixado de R\$250.000.000, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador, referente às obrigações assumidas no Contrato de Concessão, oriundo do Edital de Leilão n.º 11/2013 - ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado da Linha de Transmissão - Lote AB.

Os acionistas serão fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

Fiadora	Responsabilidade Máxima
State Grid	51%
Eletrobrás	24,5%
Furnas	24,5%

25 Evento Subsequente

(a) Licença de Instalação

Em 4 de janeiro de 2016, o IBAMA expediu a presente licença de instalação de Nº 1.100/2015 referente ao empreendimento denominado Xingu - Estreito e Instalações Associadas. Especificamente para instalação da Linha de Transmissão em CC 800kV Xingu - Estreito, das Estações Repetidoras de Telecomunicações, dos Canteiros Auxiliares e Acessos.

b. BNDES

Em 5 de janeiro de 2016 foi aprovada a contratação do Empréstimo Ponte concedido pelo BNDES no valor de R\$ 718.396.000,00 (setecentos e dezoito milhões trezentos e noventa e seis mil reais), em todos os termos e condições da Decisão nº Dir. 429/2015-BNDES, nas seguintes condições: 50% (cinquenta por cento) do montante total com custo de TJLP + 2,5% (dois e meio por cento) ao ano e 50% (cinquenta) por cento do montante total com custo de SELIC + 1,96% ao ano. O prazo de vencimento desse Empréstimo Ponte é: 15 de outubro de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à Sociedade por meio de Contrato de Financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

* * *

Chang Zhongjiao
Presidente

Liu Jie
Diretor Financeiro

Newton Jordão Zerbini
Diretor de Meio Ambiente

Armando Ribeiro de Araújo
Diretor Técnico

Simone Cortez Gomes Novello
Contador
CRC-RJ 095172/O-2

